

**DESENVOLVIMENTO NO ESCURO: CARTOGRAFIAS
SUBJETIVAS COMO LEGITIMAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
POPULAR EM CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM**

**DEVELOPMENT IN THE DARK: SUBJECTIVE CARTOGRAPHS AS
LEGITIMATION OF POPULAR PARTICIPATION IN DAM
CONSTRUCTION**

Mônica Thaís Souza Ribeiro¹
Frederico Augusto Barbosa da Silva²

RESUMO: A percepção subjetiva dos fatos históricos e sociais é alcançada a partir da realidade local em comunidades tradicionais no interior do Brasil. A cidade de Morada Nova de Minas é apresentada neste trabalho, sob a narrativa dos moradores, com o objetivo de anunciar o que foi vivido a partir da ocupação das terras municipais pelas águas represadas na construção da barragem de Três Marias. O campo explorado é ressignificado quando uma população independente e altamente produtiva retrocede ao uso de lamparinas. A metodologia do uso de entrevistas semiestruturadas, parte da reflexão dos saberes orais, das experiências vividas e da importância de interpretar os fatos a partir da oratória de um povo não vocalizado. Grandes obras possuem argumentos complexos, como neste caso, as finalidades múltiplas de contenção das enchentes, produção de energia elétrica, irrigação e navegabilidade do rio, fatos que apresentam diversos significados que justificaram esse modelo de projeto. Como resultado, percebeu-se a ausência de mitigação dos impactos causados às comunidades ali existentes em educação, transporte, economia, saúde e independência. Ausentou-se do discurso as previsões de direitos, deveres e políticas públicas que seriam implantadas para que o desenvolvimento, enquanto liberdade, para ser exercida a vida plena das pessoas. Percebeu-se a ausência de participação, investimento social e ambiental, temas indissociáveis, confrontados no texto a partir do discurso nacional desenvolvimentista.

¹ Mestra em Direito, Políticas Públicas, Estado e Desenvolvimento pelo UniCEUB. Especialista em Políticas Públicas para La Igualdad em America Latina pelo Consejo Latino-americano de Ciencias Sociales – CLACSO/Argentina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2212015109077386>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9871-4068>. E-mail: monicatsribeiro@gmail.com.

² Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do UniCEUB. Pesquisador do IPEA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2088412607903653>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8696-6153>. E-mail: frederico.barbosa@ipea.gov.br.

Palavras-chave: socioambiental; desenvolvimento; direito; acesso à justiça; políticas públicas.

ABSTRACT: The subjective perception of historical and social facts is achieved from the local reality in traditional communities in the interior of Brazil. The city of Morada Nova de Minas is presented in this work, under the narrative of the residents, with the objective of announcing what was experienced from the occupation of municipal lands by the impounded waters in the construction of the Três Marias dam. The exploited field is reframed when an independent and highly productive population retreats to the use of lamps. The methodology of using semi-structured interviews, part of the reflection of oral knowledge, the lived experiences and the importance of interpreting the facts from the oratory of a non-vocalized people. Great works have complex arguments, as in this case, the multiple purposes of containing the floods, production of electric energy, irrigation and navigability of the river, facts that present different meanings that justified this project model. As a result, there was a lack of mitigation of the impacts caused to the communities there in education, transportation, economics, health and independence. The forecasts of rights, duties and public policies that would be implemented in order for development, while freedom, to be exercised in people's full lives, were absent from the discourse. It was noticed the absence of participation, social and environmental investment, inseparable themes, confronted in the text from the national developmentalist discourse.

Keywords: socio-environmental; development; right; access to justice; public policy.

Sumário: 1. Introdução; 2. Morada e sua história – mais um município; 3. O que dizem os números: escolaridade, renda e desenvolvimento; 4. Percepções subjetivas dos moradenses; 5. Considerações Finais; 6. Referências.

1. INTRODUÇÃO: DESENVOLVIMENTO E A CIDADE

O presente artigo busca investigar através de dados estatísticos e de entrevistas, a percepção das pessoas que vivem da cidade de Morada Nova de Minas sobre cidadania, realização de direitos sociais e os direitos de participação nos processos decisórios a partir da construção da barragem de Três Marias. A análise das narrativas buscará compreender o contexto social e histórico no qual se desdobra a percepção dos Moradenses e que condiciona sentidos e significações a respeito dos direitos, a fim de delimitar consensos e dissensos presentes nas narrativas orais a

respeito de fatos históricos e do sentido da cidadania.

Esta investigação leva a sério a experiência e as narrativas dos entrevistados, como parte dos contextos de produção de sentidos da cidadania. Procura-se, a partir das entrevistas, desenhar, em princípio, o quadro de produção de sentido no exercício dos direitos, elaborando o quadro de referência que constrói significados sobre o que é viver e ter direitos, interpretando relações de força simbólicas e de poder no contexto de estruturas sociais, econômicas e culturais impactados pela construção da barragem.

Os atores sociais vivenciam seu presente e estabelecem com sua contemporaneidade relações singulares, aderindo e fixando significados, distanciando-se e aproximando-se a partir do material das experiências familiares e subjetivas. A história da chegada das águas inscreve-se nas dobras das narrativas, das memórias e do imaginário, o que faz com que os sujeitos não cessem de se interrogar sobre ela.

Não será estranho que os contemporâneos não cessem de se maravilhar com as realizações da época, que lhes parece pujante e, ao mesmo tempo, sejam capazes da ironia e riso com a sua própria sorte ou má sorte histórica. Não nos esqueceremos de um fato simples, e os entrevistados não o permitem, que a história inscreve no imaginário relações de dominação e, portanto, não poderiam ser universais, expondo aqueles que se aproveitaram dos benefícios, foram pouco impactados objetiva ou subjetivamente, ou, simplesmente seguiram o curso do inundamento, partindo para outros lugares, ajustando suas expectativas ou se adaptando às seguintes distribuições de direitos e riquezas.

O contexto de globalização, neoliberalismo e desenvolvimento são palavras ou conceitos que organizam diferentes narrativas ou explicações a respeito do mundo contemporâneo. Diferentes fenômenos estão associados a eles, mas uma ideia, especialmente, costura o mosaíco e pode ser expressa em uma assertiva. As transformações técnico-científicas engendram profundas transformações nos regimes

de produção, nos modos da cultura e nas cartografias dos desejos e das subjetividades. Dessa assertiva se desdobram outras associando aqueles conceitos.

A globalização refere-se às conexões cada mais intensivas dos territórios de produção, os bens são produzidos e circulam através das fronteiras nacionais e ritmos vertiginosos e as tecnologias potencializam esses processos de integração global de mercado e modos de fazer coisas e imaginários. O neoliberalismo refere-se a um conjunto de valores ético e morais que expressa projetos societários baseados nas liberdades individuais, no mérito pessoal e na desconfiança em coletivos, em especial aqueles agenciados pelo Estado, pela flexibilização de direitos e, em especial das relações de trabalho e das proteções às economias nacionais. As tecnologias oferecem recursos de ação antes impensados não apenas oferecendo oportunidades para o empreendedorismo individual, mas para estabelecer novos modos de sociabilidade negócios.

O desenvolvimento, quase por definição, relaciona-se com as possibilidades positivas abertas pelas tecnologias, seja pelas máquinas que permitiram a industrialização, pelas mídias ou pelas tecnologias digitais que conectam o mundo da produção e aumenta a produtividade do capital e do trabalho. As perspectivas da globalização, neoliberalismo e do desenvolvimento, de fato, representam possibilidades jamais vividas em nenhuma outra situação histórica. As possibilidades da tolerância cultural, da valorização do indivíduo, da ampliação progressiva e simultâneo enriquecimento da vida são inesgotáveis, mas também são limitadas por interesses e restrições à participação livre e igualitária.

Entretanto, no limite, essas transformações têm um lado sombrio. As tecnologias produzem desequilíbrios ecológicos, ameaçam formas de vida natural, de animais e plantas, geram perturbações, quando não exterminam modos culturais de vida, estimulando um tipo de consumismo destrutivo, tanto de recursos ambientais, quanto de formas de socialização e produção tradicionais. As vidas são resumidas a padrões e intensidades de troca intersubjetivas cada vez mais pobres e inexpressivas.

O Brasil atual tem cerca de 5.570 municípios. Todos os territórios são marcados por processos econômicos, sociais e culturais relacionados à interdependência local-global de fluxos de produção e circulação de bens e mensagens, sendo impactados diferentemente nas suas formas de produção e consumo, socialização e relação com o meio ambiente.

Morada de Nova de Minas é um exemplo das transformações tecnológicas. Sua história foi atravessada por ideais de desenvolvimento nacional e das mudanças de relacionamento da economia regional com projetos nacionais de inserção na economia global. A cidade foi fortemente impactada na década de 1960 pela construção da UHE (usina hidrelétrica) de Três Marias, que alterou o regime de águas do rio São Francisco com uma represa, transformando a paisagem natural e humana. O evento, uma escolha ideológica e política, adotou um modelo de intervenção tecnológica sobre o meio ambiente, impactando nas relações sociais e nas subjetividades. Muitos anos se passaram, mas as imagens e redundâncias culturais ainda marcam as subjetividades e as estruturações sociais. Nesse artigo exploraremos a relação entre três registros diferentes, todos relacionados ao ecológico no município de Morada Nova de Minas: o meio ambiente, as relações sociais e as subjetividades, todos impactados pela barragem e hidrelétrica de Três Marias.

A primeira parte apresenta Morada Nova de Minas, a segunda apresenta a situação da cidade em números e a terceira apresenta as percepções subjetivas dos moradores a respeito dos impactos da tecnologia de represamento e produção de energia.

2. MORADA E SUA HISTÓRIA – MAIS UM MUNICÍPIO

Morada Nova de Minas é uma pequena cidade mineira, situada no centro-oeste do estado de Minas Gerais. Assim como diversos municípios brasileiros, sofreu transformações ao longo das últimas décadas em seus aspectos sociais, ambientais,

econômicos, populacionais e nos seus padrões de desenvolvimento em sua forma mais ampla. Romperam-se as liberdades reais, isto é, as possibilidades e capacidades de participação no conjunto das decisões, nas ações sociais e institucionais, bem como na organização dos serviços de saúde e educação, ambas associadas à participação geral nas atividades políticas como um todo.

Para contar a história da cidade foi realizado um recorte temporal com início na década de 60, quando o Brasil vivia um momento de expansão política e econômica, chamado *nacional-desenvolvimentista*. Nesta fase, os investimentos eram financeiramente altos e as propostas céleres: havia o anseio de inaugurar um novo Brasil e uma nova capital. Dentre os problemas a serem resolvidos estavam as enchentes que anualmente causavam alagamentos, mortes e prejuízos de ordem pessoal, econômica e governamental.

A fim de conter as cheias, aproveitar o potencial hidroelétrico das águas e, expandir a agricultura irrigada, foi construída a barragem de Três Marias: a mais cara e maior obra nesse segmento à época. Contratou-se consultoria internacional, propriedade intelectual no uso de turbinas para implementação da obra inaugurada em 1962, criando a partir do barramento das águas uma represa que inundou metade do território da cidade, ocupando especialmente as áreas de terras férteis.

O novo campo trouxe desafios e um formato de vida ainda não experimentado por aquela comunidade: uso de lamparinas a suprir a falta de energia elétrica, uma vez que o gerador foi coberto pelas águas; uso de balsas para transporte nas áreas ilhadas, antes acessadas por aterros ora cobertos; uso de pivôs de irrigação para crescimento dos plantios em agricultura e cultivo; uso de novas formas de alimentar e colher os insumos, dada as alterações na fauna e na flora, além da criação de uma nova linguagem nas narrativas históricas, a gerar mudança na forma de pensar e existir, seja de resiliência ou ódio, num povo que passa a depender de recursos governamentais.

Cenários alterados, refeitos e repensados nas políticas públicas. Associado à

essas mudanças, novos tempos são marcados pelo prolongamento da vida humana justificado pelo acesso à uma complexidade de informações e uso da tecnologia, oferta de meios de transporte e expansão dos bens de consumo, aumentando a interação social. No entanto, para que a participação e uso das informações absorvidas seja um fato, é condição primária a existência de acesso à educação para capacitação nos diálogos e decisões políticas para garantir participação e compreensão das reais necessidades e alcance do desenvolvimento proposto nos debates.

Tais requisitos são essenciais o desenvolvimento, uma vez que a carência de oportunidades, de acesso aos serviços públicos ou ainda, a interferência de governos autoritários são fatores privativos da liberdade, e sem ela, não é possível pensar em desenvolver e expandir a vida plena. Trata-se, portanto, de condição precípua para esta temática. Somado a isso, acrescenta-se a construção da maior rodovia do país: a BR040, via de ligação entre a antiga capital, Rio de Janeiro, com a nova capital, Brasília, da qual os moradores não dispunham de acesso, em razão da barreira criada pela água.

Anos depois, o acesso da população à BR040 tornou-se possível, através do transporte fluvial, com o uso de balsas motorizadas para deslocamento de carros, pessoas, caminhões. As linhas férreas, antes responsáveis pelo escoamento da produção, ficaram debaixo d'água junto com as fazendas, porteiras, cercas, animais, levando para o fundo da represa tudo aquilo que não se pôde salvar. A ausência de aviso prévio frustrou as expectativas de direito.

Em contrapartida, órgãos federais teriam sobrevoado a região, jogando bilhetes com aviso de que a água chegaria em julho daquele ano. Anunciada a tragédia, foi vivenciada a ausência de preparo, ações e políticas públicas para recepção da transformação, somadas às condições climáticas de um período chuvoso que acelerou a chegada das águas no mês de janeiro de 1962.

O projeto que construiu a barragem foi considerado um marco para o país. Uma obra onerosa, complexa e demorada, foi acompanhada de perto pelo então

Presidente da República, Juscelino Kubitschek. A ausência de diálogo com os municípios atingidos chama atenção: tanto se investiu para a construção da obra que durou mais de cinco anos, mas nenhum projeto ou recurso foi destinado às pessoas, previamente. A cidade de Três Marias, onde a barragem foi instalada, nasceu junto com a obra. A cidade de Morada Nova de Minas, já divisão administrativa há 19 anos³, foi reduzida à sua metade, perdeu recursos naturais, autonomia e independência.

Após a chegada das águas, o governo enviou técnicos de obras de empresas públicas, que apresentaram projetos de apoio para os políticos locais, para realizar levantamentos sobre melhorias necessárias, ato posterior à obra. Fazia-se para depois mitigar.

A legislação atual exige análise profunda na aprovação de projetos de grande impacto, como é o caso das construções de barragens. O texto constitucional à época não previa direitos sociais e ambientais, tratando-se de legislação oriunda de períodos autoritários de governo. Não é novo o uso de constituições por parte de governos ditatoriais: não cumprimento da legislação, desvio de interpretação constitucional e descumprimento às garantias fundamentais. Ressalvadas as distorções, sem a lei, não teríamos mais pobres, nem natureza.

Diante de um discurso formal unilateral, os relatórios governamentais realizados após a construção da barragem, identificaram cenários favoráveis: boas condições geográficas, grande disponibilidade de uso de recursos hídricos para mecanização agrícola, possibilidade de atrair empresas em razão da localização e o possível crescimento populacional dado crescimento econômico da região. O que se viu, em verdade, foram conflitos agrários, desequilíbrio ambiental e evasão de espécies, isolamento, mobilidade humana forçada e ausência de participação política,

³ Em 1852, por Lei provincial nº 603, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Loreto da Morada Nova. Elevado à categoria de município com a denominação de Morada, pelo Decreto-Lei Estadual nº 1058, de 31-12-1943. IBGE, Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/morada-nova-de-minas/historico>> acessado em 29 de maio de 2019.

marginalizando e ignorando aquela população.

As decisões tomadas pelos governantes àquela época, a respeito da oferta hídrica, suas políticas e ações, são criticadas pela arbitrariedade e desrespeito à legislação: o poderio econômico como prioridade, criou uma série de miseráveis ao longo do rio São Francisco. Ribeirinhos dependentes de políticas públicas foram esquecidos e marginalizados, famílias foram separadas e o êxodo forçado marcou início do apagamento cultural, perda de identidade e alienação⁴ da população.

Os processos de desapropriação causaram especulação imobiliária e consequente manutenção de posses de terras por apenas uma empresa que não gerou os empregos esperados. Além disso, não foi efetivada indenização justa pelas perdas de terras. A precária comunicação, o isolamento e distanciamento geográfico geraram dependência para intermediar diálogos entre governo federal – há cerca de 650 km de distância – e advogados residentes em municípios diversos que defendiam os interesses dos moradores locais.

As alterações na dinâmica transformaram a vida das pessoas e suas expectativas: antes, haviam sonhos de crescimento e escolhas. A partir da chegada das águas, a derrota econômica e social inverteu tudo que já havia sido conquistado: uma população emancipada, tornou-se refém e alienada, dependente e sem identidade, registros essenciais para discernir a internalização de sujeitos de direito e acesso à justiça, emancipação e participação social nos processos de desenvolvimento.

⁴ O uso do termo alienação refere-se à impossibilidade de desenvolvimento humano integral, em decorrência da manipulação ideológica e da impossibilidade de participação em situações de interesse existencial. Refere-se às relações de dominação simbólica, assimetria de poder e de não reconhecimento da legitimidade social.

3. O QUE DIZEM OS NÚMEROS: ESCOLARIDADE, RENDA E DESENVOLVIMENTO

As mutações tecnológicas disponibilizaram possibilidades múltiplas para a reorganização dos modos de produzir e viver. Os projetos hidrelétricos marcam ainda hoje as alternativas de produção de energia para as indústrias e para a vida urbana. As grandes hidrelétricas ainda proliferam no território nacional gerando impactos socioambientais e psicológicos. Trata-se de um modelo de empreendimento que transforma o ambiente e as relações sociais.

A mudança de regime do curso dos rios, além de impactar o meio ambiente e a vida animal e vegetal, altera o regime de chuvas e microclimas com impactos globais. Minas Gerais é um estado especialmente vulnerável por ter conectado esses múltiplos sistemas à exploração de minérios. Os rios e seus sistemas ecológicos foram e estão potencialmente expostos há décadas ao colapso ambiental.

Os impactos da barragem foram definitivos e contraditórios. A ideia dos grandes projetos é de intervenção massiva no meio ambiente e na vida social, gerando perdas e desigualdades. O isolamento de Morada Nova de Minas, pelo corte de suas ligações diretas, causou dependência do sistema de transporte através de barcos, em termos de possibilidades de conexão de transporte e vias terrestres, o que levou a uma profunda rearticulação de estratégias sociais.

O movimento populacional foi deixar a cidade para buscar meio de vida, trabalho e esperança através da migração forçada. A perda populacional explica os indicadores sociais do município, a respeito dos quais trataremos adiante. Impossível, nesse caso, estabelecer nexos causais muito precisos. Se não se pode afirmar que conflitos desse tipo, isto é, ambientais e culturais, substituíram de forma mecânica os conflitos de classe, é possível dizer que eles já constituem em mediadores centrais que colocam políticas públicas setoriais no centro de visibilidade das lutas sociais.

Contudo, vamos acrescentando camadas à nossa descrição. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a composição social é diversa.

A descrição do perfil socioeconômico é reveladora das estruturações que condicionam o processo de subjetivação. Classes salariais, a massa de “não garantidos” e camadas dirigentes marcam processos de subjetivação específicos. A população de Morada é constituída por 31% de trabalhadores nos serviços, 29% de pessoas ligadas à agricultura, 25% de trabalhadores e 12% nas classes criativas, considerando que essa última, em parte, compõe a classe de serviços, mas dela se afastando pela presença de maior escolarização. As classes criativas incluem atividades no âmbito das culturais e artes, saúde, educação, direito e profissões gerenciais.

No que se refere aos indicadores sociais, eles expressam movimentos do sistema de proteção e de políticas sociais. Resultado do conjunto de ações econômicas, o PIB tem uma participação importante nas distribuições e depois nas possibilidades de prestações públicas de serviços sociais tais quais saúde, educação, assistências social e previdência, da mesma forma que as transferências constitucionais obrigatórias, as políticas federais e estaduais também impactam nas prestações das políticas sociais locais. Como essas políticas preveem sistema de conselhos, é provável que estimulem a participação social nesses diferentes espaços institucionais.

Entretanto, por mais importantes que sejam, essas políticas compensatórias apenas mitigam o imenso sistema de produção de fome, pobreza, desemprego, isolamento e vulnerabilização social, condicionando o processo de subjetivação.

Outras clivagens relevantes não serão exploradas aqui, a exemplo de questões de desigualdades de gênero e questões relacionadas à juventude, com suas demandas por escolarização, profissionais e os idosos, com suas necessidades de proteção e cuidados. Rapidamente pode-se dizer que as relações de gênero são tradicionalistas e que a juventude se digladia com a questão da escolarização e permanência ou não na

cidade em função, inclusive, da existência de oportunidades de educação e trabalho.

O IDH é um indicador sintético para o qual convergem economia (PIB), educação e saúde. Embora as ações políticas no terreno da implementação não sejam necessariamente transversais, como poderia sugerir o uso de indicador sintético de múltiplos fenômenos associados, pode-se dizer que, de fato, configuram ou expressam ideias de direito ou justiça das prestações públicas.

Os indicadores sintéticos, por sua vez, expressam de forma apenas relativamente precisa a resultante do desempenho daquelas dimensões da realidade institucional, ou seja, de capacidades institucionais. Muitos elementos de contexto são abstraídos, mas deve-se enfatizar interdependência das escalas individuais e coletivas do cotidiano e nos processos institucionais das democracias.

Não se pretende, que questões de justiça social encabecem todas as outras, mas que são um bom termômetro para medir distribuições e capacidades e, de forma próxima, questões do tipo de democracia presente. Assim como palavras de ordem expropriam a complexidade dos fenômenos distributivos e relacionais, abstraindo o racismo, falocentrismo, logocentrismo etc., os indicadores podem, ao serem tomados em si mesmo, criar interpretações estereotipadas e reducionistas. Voltaremos mais à frente às subjetividades, para retomar, em parte, uma interpretação ampliativa, assim articulando uma perspectiva geral, objetivista, de escala institucional maior e outra singular, microssocial e subjetivista. As duas dimensões devem ser consideradas em conjunto e se encarnam em micropolíticas concretas, não compartimentadas, transversais, características pouco afeta à tecnoburocracia estatal ou aos oportunistas dos mercados, capazes de capitalizar a produção simbólica, de signos e informações.

3.1 A GEOGRAFIA E SUAS CONTAS

Morada Nova de Minas fica na mesorregião Central Mineira, na microrregião de Três Marias, situa-se a 280 km de Belo Horizonte, tem 2.084,612 km² e pouco

mais de 8.200 habitantes. Seu IDHM é alto, ou seja, de 0,76 (ver Tabela 1). As receitas de Morada Nova de Minas foram de R\$ 29.000.000, em 2018, sendo que aproximadamente 85% é de transferências e 93% é de encargos e pessoal. As despesas giraram em 2018 em torno de R\$ 32.380 mil em saúde e educação, o que significa algo em torno de 40% das despesas ou 23,7% e 16,3%, respectivamente. Transporte hidroviário representou 6% das despesas (aproximadamente R\$ 2 milhões).

Apenas para termos um quadro geral comparativo, apresentamos a tabela seguinte, com dados comparáveis construídos a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. As populações dos municípios que constituem a Região Central Mineira são diminutas, a própria região sendo constituída por 412 mil pessoas, portanto, de tamanho aproximado a um município de médio porte. O Estado de Minas Gerais tem 19,5 milhões, a RM Belo Horizonte tem 6,2 milhões, a RM Três Marias, quase 97 mil habitantes, sendo que o município tem 28 mil, depois de Pompéu que tem 28 mil habitantes. Morada, em 2010, registrou 8.255 habitantes.

As taxas de desemprego no Brasil eram de 7,6%, de Minas, 6,7%, da Central Mineira 6,9%, da RM Belo Horizonte 7,4%, de Três Marias 8,5%, Felixlândia e Cedro do Abaeté tinham taxas de desemprego acima de 9%, enquanto Morada Nova apresentou taxa de desemprego de 3,2%. O percentual de pobres, em Morada Nova, era de 2,6% em contraste com os demais municípios, com taxas sempre superiores a 3%, chegando em Três Marias a 4,9% e até a 6,4% em São Gonçalo do Abaeté.

Tabela 1

Indicadores socioeconômicos selecionados

Brasil, Sudeste, Minas gerais, Meso região, micro-região e municípios selecionados	Taxa de desemprego (2010)	Pobres (%) (2010)	PIB(2009)	IDH(2000) (*)	IDH Longevidade (2000) (*)	IDH Educação (2000) (*)
Brasil	7,65	9,38	1.564.354.790	0,77	0,73	0,85
Sudeste	7,54	5,35	865.406.412	-	-	-
Minas Gerais	6,79	5,31	138.622.865	0,77	0,76	0,85
3106 - Central Mineira	6,89	3,64	2.330.601	-	-	-
3107 - Metropolitana de Belo Horizonte	7,40	4,04	59.948.326	-	-	-
31024 - Três Marias	6,33	3,93	804.958	-	-	-
3143500 - Morada Nova de Minas	3,27	2,60	37.086	0,76	0,82	0,82
3107000 - Biquinhas	3,05	3,82	12.431	0,75	0,79	0,81
3115607 - Cedro do Abaeté	9,07	4,21	4.936	0,75	0,81	0,80
3125705 - Felixlândia	9,20	4,88	70.764	0,73	0,76	0,82
3152006 - Pompéu	6,50	4,24	187.286	0,75	0,74	0,81
3161700 - São Gonçalo do Abaeté	4,30	6,43	47.465	0,74	0,76	0,82
3169356 - Três Marias	8,50	4,90	428.201	0,79	0,81	0,88

(*) IPEADATA

Elaboração dos autores

Desde o século de XVI há registros de construções de barragens no Brasil, iniciadas no Sudeste e posteriormente implementadas ao longo dos rios que correm o país em diversas regiões. Os mecanismos de proposição dos projetos que acompanharam as formas de governo e a legislação vigente à época, têm em comum, traços de autoritarismo e ausência de participação popular nos processos decisórios, que mesmo após a promulgação de direitos civis e políticos, negligenciam requisitos de consulta prévia, participação e previsão de impactos ambientais para outorga de licenciamento.

É importante historicizar as tecnologias e as opções políticas no seu uso, e lembrar que existiram alternativas tecnológicas, mas as escolhas são orientadas ideologicamente, em casos de descuido evidente nas questões ambientais e sociais. O quadro 1 mostra os projetos hidrelétricos e a racionalidade relativa, estabelecida entre área alagada e potência.

Quadro 1

UHE	Estado	Proprietário	Ano operação	Tecnologia	Área alagada	Potência
TRES MARIAS	MG	Cemig	1962	Reservatório convencional	1.040 km ²	396.000,00
ITAIPU	PR	Itaipu Binacional	1989	Reservatório convencional	1.350 km ²	7.000.000,00
TUCURUI	PA	Eletronorte	1984	Reservatório convencional	2.850 km ²	8.535.000,00
EMBORCAÇÃO	GO/MG	Cemig	1982	Reservatório convencional	473 km ²	1.192.000,00
XINGÓ	AL/SE	CHESF	1994	Reservatório convencional	60 km ²	3.162.000,00
SERRA DA MESA	GO	FURNAS	1998	Reservatório convencional	1784 km ²	1.275.000,00
LAJEADO – Luís Eduardo Magalhães	TO	CEB- Lajeado	2001	Reservatório convencional	630 km ²	902.500,00
JIRAU	RO	Energia Sustentável do Brasil S/A	2013	Fio d'água	361,6 km ²	3.750.000,00
BELO MONTE	PA	Norte Energia S/A	2016	Fio d'água	516 km ²	11.233.100,00

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Elaboração dos autores

Comparados alguns projetos, é possível diagnosticar – mesmo em barragens com recursos tecnológicos semelhantes – a diferença entre a energia elétrica produzida com o tamanho da área alagada. Este é um dos requisitos para trazer à tona a justificativa do grande prejuízo causado pela área ocupada pelas águas represadas

na UHE (usina hidrelétrica) de Três Marias, cuja potência de geração de energia é ínfima diante dos prejuízos causados. Numa justificativa de que eletricidade não era o objetivo único – mas também o controle das cheias – uma Comissão de Inquérito Parlamentar⁵ foi instaurada a apurar a não contenção das cheias, após a construção da obra, além de mortes, desequilíbrio ambiental e desamparo às comunidades ribeirinhas.

A produção de energia elétrica no Brasil ainda é dependente de recursos hídricos, ao passo que mais de 80% é gerado a partir das usinas hidroelétricas. As implantações mais recentes, dispõem de reservatório menores e menor potencial poluente, ao usar a tecnologia “fio d’água”, que também usa o represamento como técnica, mas sem grande estoque de água, usando a força da correnteza do rio para produção (ANEEL, Resolução normativa nº 425 de 1/2/2011). A disponibilidade para a produção é reduzida à quantidade de água semanal, uma vez que não há estoque de água, fato que reduz ou impossibilita a produção de energia em períodos de estiagem. Outro fator negativo é a quebra do ciclo reprodutivo de peixes, criando um ambiente inóspito ou impossível para a vida aquática.

Outro impacto relevante, causado na vida humana e na natureza, é o controle do fluxo da água por empresas privadas ou órgão governamental. Enquanto as populações locais estão acostumadas a acompanhar o curso das águas através do ciclo natural dos períodos de cheia e seca, passam a depender dos interesses governamentais e suas decisões para reduzir ou aumentar a evasão de água sem diálogo efetivo com essas populações. Nas linhas da história, contada pelos relatórios e monografias governamentais, muito pouco ou quase nada é dedicado aos povos que habitam as regiões alagadas.

Nas reuniões preparatórias para implementação de grandes obras, não consta

⁵ BRASIL, Câmara dos Deputados, Projeto de Resolução de Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Causas e Consequências das Cheias do Rio São Francisco. Prisco Viana: no exercício da Presidência. Elquisson Soares: Relator. Sala de Sessões. Brasília, 22 de outubro de 1981.

a participação e a vocalização de demandas dos ribeirinhos, dos povos locais e tradicionais que comumente habitam as regiões escolhidas para a construção dessas obras. A chegada de movimentos populares que cobram a presença popular nesses espaços, ainda é deslegitimada por discursos de sobrepostos interesses como o bem maior de todos, crescimento econômico, geração de empregos, dentre outros combos de direitos solapados.

O que se vê, na prática, é a perda de trabalho, de família, mudanças bruscas de vida pela ausência de espaços para plantio, apropriação do Estado pelos recursos naturais que antes eram fonte de sobrevivência. Altera-se a vida organizada em torno da natureza, por promessas de indenização pecuniária, casas e cestas básicas.

A sabedoria popular, a forma de vida através das técnicas de uso do rio com a pesca, a plantação e períodos de colheita, são absorvidos por discursos desenvolvimentistas e economicistas a preterir o desenvolvimento humano: a manutenção de povos tradicionais, sua cultura, os saberes locais e a vida em contato e respeito ao tempo da natureza, ao curso natural das águas e ainda, ao potencial de independência dos beiradeiros, aqueles que nascem e vivem nas beiras dos rios.

É possível, para o ser humano acostumado a trabalhar e ter sentido em sua vida cotidiana, aposentar-se compulsoriamente e ocupar seu tempo em se alimentar de cesta básica? Para dar significado à vida, além de trabalho é preciso a oportunidade de escolhas, participação das decisões sobre os caminhos da manutenção cultural de uma vida conectada à natureza, quando esta faz parte de seus hábitos.

A violência acomoda-se em locais como estes, que são ocupados por trabalhadores de regiões diversas do país em busca de emprego e nova vida. Disputa por espaços, controle de comércios e respeito à comunidade ali existente são alguns dos conflitos, a partir da chegada de novas propostas de crescimento econômico.

O fato de o Brasil estar atualmente entre os 10 maiores consumidores de energia do mundo, sendo o maior consumidor da América do Sul, está diretamente ligado à exploração dos recursos hídricos para a produção desta fonte geradora, que

afeta negativamente milhares de brasileiros, retirados de suas casas sob a justificativa de crescimento econômico.

O crescimento de pobres e miseráveis está ligado a este fato, uma vez que a concentração de riquezas está numa minoria crescente sob a pirâmide erguida pelo decréscimo de autonomia de uma maioria invisível. Entretanto, a relação não é linear. Como se viu os indicadores socioeconômicos são variados dentro da mesma região. O fenômeno é complexo e os indicadores recobrem apenas parte da realidade. Por essa razão se fez entrevistas com moradores que viveram o processo de alagamento decorrente da barragem.

Em geral, as informações subjetivas são menosprezadas pela falta de precisão. Entretanto, as entrevistas, histórias de vida e percepções oferecem referências que explicam ou contextualizam os indicadores. Como o nosso foco é ideia de desenvolvimento como liberdade, questão implicitamente explorada com o IDHM, já que Amartya Sen elaborou o indicador (IDH) exatamente para expressar pujança econômica (PIB) e seus efeitos sobre a saúde e educação e vice-versa, nos perguntamos pela participação nos processos de planejamento, elaboração e implementação da obra de grande vulto em Três Marias. É surpreendente o descaso com a questão ambiental e a verticalidade da implementação do projeto. Antes de explorar as entrevistas, cabe algumas considerações metodológicas sobre entrevistas.

4. PERCEPÇÕES SUBJETIVAS DOS MORADENSES

4.1 AS ENTREVISTAS: ARTEFATOS METODOLÓGICOS

A preparação para as entrevistas exige memória e, de preferência, uma listinha. Questões preparadas, consentimento, data na agenda, caderno de anotações, caneta ou lápis, gravador ou se se preferir, celular para registrar o encontro, pelo menos em algumas das suas partes. Entre as anotações - não se esquecer de registrar - para bom uso na entrevista são necessárias generosidade, dedicação, capacidade de

escuta, argúcia (para os que a têm) etc. Tantos são os indexadores que adjetivam ou descrevem as disposições necessárias às redes de conversas que constituem as entrevistas.

Os preparativos para as entrevistas envolvem volição e presença corporal, as disposições próprias para a conversa, boas questões e habilidades para contornar as ruínas, alguma capacidade de controlar as situações inesperadas, a incomunicabilidade e a incompreensão mútua, a confusão da escola, as assimetrias de informação e posição, sendo a própria entrevista uma relação delicada, onde são mobilizadas seguranças e inseguranças.

A conversa é embalada por sorrisos e pequenos desentendimentos, escuta atenta, esquecimentos, algumas diminutas invenções e digressões. Sem ilusões. A entrevista não é uma conversa descontraída. Não se pode adivinhar o outro e, nem da parte dos entrevistados, os usos possíveis ou prováveis do que se fala. Será que é possível imaginar que a escrita será realizada sobre lembranças frágeis e difusas, apontamentos em letras ilegível e sínteses impossíveis?

Entretanto, ficam nas gravações as falas, pausas, titubeios, silêncios, se perdem os movimentos, gestos, olhares, desvios. A impressão de que as falas têm valor irreduzível, de que os enunciados expressam o que acontece, aconteceu e que a referencialidade é incontrovertida. É como se não fossem os enunciados parte de uma rede de enunciados seletivos, escolhidos, valorados e como se as narrativas sobre eles não fossem enunciadas sobre enunciados, traduções, reduções, sobre as quais é necessário por pontos, vírgulas, pontos-vírgulas, assinalar tons, ênfases.

Na escrita, grande parte da seleção envolve o que é gramatical, nada de oralidades, risadas, balbúrdias, cortes no fluxo das respostas ou perguntas, falas atravessadas. Também ficam as grandes questões que serão destrinchadas, analisadas, sintetizadas, reinventadas, traduzidas, reinterpretadas, deslocadas, translouçadas, citadas, inseridas, resumidas, desdobradas, torcidas. Em muitas situações, as entrevistas confirmam, corroboram, reforçam, fazem o campo e constroem o contexto

alusivo. Afirma que estivemos lá, que vimos, ouvimos, até tocamos e sentimos os cheiros.

A entrevista é testemunhal. Atribui, assim, valor irredutível à verdade a ser dita, seja ela qual for, mas à qual se conferirá valor demonstrativo. Na escrita, são muitas as presenças feitas de ausências e esquecimentos, escolhas a respeito do que será apresentado. É possível perceber os rastros, mas há sempre traições e colonizações. Imprecisões apenas possíveis no apagamento da presença e do rosto de quem foi entrevistado. A dívida é impagável, a não ser se saldada em outra moeda de troca, com a escrita dos diários, gravação, materiais, publicações e sobretudo de reconhecimentos.

As entrevistas dão voz, escutam, reconhecem presenças e singularidades, mas não daremos nomes. Separamos temas e respostas à questões elaboradas previamente. Vamos às narrativas coletadas nas entrevistas.

4.2 AS ENTREVISTAS

A narrativa é uma importante ferramenta de expressão cultural da história vivida e da produção de identidades pessoais, sociais e territoriais. Os moradores da cidade de Morada Nova de Minas compartilham experiências e se identificam nas narrativas comuns. Alguns viveram, outros escutaram estórias da subida das águas. Entretanto, as narrativas apresentam diferentes camadas que entrelaçam memória, julgamento, crítica, sabedoria, avaliação moral e política.

Entre a “chegada das águas” e a cidade, teve algo que pode ser retratado como violência simbólica. Talvez a “chegada das águas” tenha um uso metafórico, talvez seja uma síntese de uma série de relações estruturadas: ausência de planejamento, ausência de participação e comunicação adequada entre poder público e sociedade. Alguns dos entrevistados lembram da pressa e da ausência de tempo adequado à preparação para a retirada das pessoas, coisas e animais; alguns lembram das

prováveis intenções, razões para o açodamento.

Entretanto, todos lembram-se bem da pressa e ausência de preparativos, avaliam o que era Morada e o que se tornou, as mudanças, com suas perdas e ganhos históricos, as relações com o Estado, ou melhor, com o direito a ser indenizado. O balanço das entrevistas é o da existência de uma série de controvérsias, de um senso crítico, mas também de profunda capacidade de adaptação às situações e desafios sociais.

Um último ponto. Sabemos que as entrevistas não dizem “coisas” em si mesmas. Futuramente serão necessárias discussões e interpretações mais ousadas sobre o que ouvimos. Entretanto, organizamos as entrevistas em domínios temáticos. Eles se misturam e remetem uns aos outros. Nossa escolha aqui é de dar a voz. Passemos a que ouvimos⁶:

4.3 A PRESSA E A AUSÊNCIA DE PREPARATIVOS

A: E como! Caminhões e caminhões com mudança. A prefeitura ajudando nesse aspecto, as pessoas, umas revoltadas, outras nem tanto. Mas saindo. Eu me lembro que para a chegada das águas não houve preparativo nenhum, praticamente. Não houve postura ecológica em que as espécies fossem preservadas. Então muitos animais perderam-se. Então as enchentes, a violência das águas, e praticamente muitas plantas também se perderam, espécies que até hoje não existem mais. Foi um desastre ecológico podemos dizer assim. Além da dinâmica da cidade, afetou muito. Porque a população diminuiu muito e ficou aqueles que eram persistentes, mais ou menos isso.

C: Quando a água chegou foi assim um desespero, sabe? A estrada que a gente ia e voltava, foi tomada, ne? Aí nós tivemos que passar pelo rio, pela represa. Passamos numa canoa. Não tinha essa passagem normal, sabe? Eu lembro que eu

⁶ Identificamos os entrevistados por letras.

morria de medo. Tive assim, já começou a sensação, né? Quando eu vim já começou a sensação ruim. Depois cheguei aqui, pessoal todo desesperado, uns tiveram que mudar correndo. Aqui na fazenda, pessoal saiu todo, teve que mudar. Tinha muita gente que morava aqui, foi todo mundo embora. A gente sentiu, sabe assim? Uma sensação muito ruim quando encheu. Não tinha nada bom. Não vimos nada de bom. Só coisa triste. Depois foi ajeitando, né? Fizeram os portos, as estradas. Mas no início foi terrível.

L: Eu morava nos mateiros, quando essa água subiu. Nos vinha na beira do Indaiá [rio] aqui, pescar esses “trem” aí, eu mais meu pai. Depois veio a água e nós mesmos, um dia nós ajudamos a tirar uns milhos das roças. A represa estava subindo, mas estava subindo igual leite. E nós catando milho, e pondo dentro da canoa. Quebrando e pondo dentro da canoa. Minha filha do céu, mas você nunca viu o tanto que é ficar estragado. Com tanta formiga nos milhos (risos).

W: Porque ele [JK] tomou conhecimento que o Supremo [STF] ia conceder a liminar. Mas aí ele inaugurou rápido porque ele soube que o Supremo ia atrapalhar essa decisão.

A: E como! Caminhões e caminhões com mudança. A prefeitura ajudando nesse aspecto. As pessoas, umas revoltadas, outras nem tanto. Mas saindo... Eu me lembro que para a chegada das águas não houve preparativo nenhum, praticamente. Não houve uma postura ecológica, em que as espécies fossem preservadas. Então, muitos animais perderam-se. Então as enchentes, a violência das águas, e praticamente muitas plantas também se perderam, espécies que até hoje não existem mais. Foi um desastre ecológico, podemos dizer assim. Além da dinâmica da cidade, que afetou muito. Porque a população diminuiu muito e ficou aqueles que eram persistentes. Foi mais ou menos isso.

4.4 MEMÓRIA: O QUE ERA E O QUE SE TORNOU MORADA

A: É meio complicado porque, as diferenças entre as duas etapas são enormes. Antigamente, antes da chegada das águas, nós vamos ver uma cidade impulsionada pelo progresso. Muito dinâmica com a criação de gado muito acentuada. E depois as águas, uma decadência absurda. Em época em que o povo perdeu a autoestima e era muito sofrido, sem ânimo para novas construções novos projetos, entendeu?

A: Antes da água, como é que diz, era bom, a senhora sabe porquê? Porque todo mundo, os fazendeiros, tinha as áreas do rio que a gente plantava roça. Depois a água veio tomou conta. Deus abençoou que eles arrumaram esses pivôs, planta no mato, e deus abençoou que colhe, né. Pra gente comer. A água então trouxe muita fartura de peixe. Antigamente, era tudo muito difícil. Era falta de dinheiro, de um pão. A gente trabalhava para morrer. Tinha dia que só tinha uma pedra de sal para fazer mistura. Tinha muito fazendeiro, mas era tudo ruim. Era tudo ruim demais, eu estava falando isso com o Seu Chico. Hoje, não. Hoje eu vou na vizinha e se ela precisa, eu levo um pouco de arroz, um óleo, açúcar. Antes não tinha essa fartura.

D: Eu lembro de Morada, era triste. Morada era muito triste, não tinha luz. Era puro barro. Não tinha água, só existia uma torneira na esquina assim e tinha horário de abrir a água, né?

I: Nossa o pessoal ficou muito triste, todo mundo reclamando. Porque melhorou muito para o país, mas morada ficou lá, devastada. E eles sabiam que ia chegar, porque papai toda vida assinou jornal. Eles sabiam. Mas não naquela data. Era junho que iam fechar as comportas. Mas aconteceu que choveu demais no mês de janeiro. Choveu que foi uma coisa absurda. E a água subiu sem eles esperarem. Invadiu as fazendas, as plantações de milho, feijão. O povo ia vender, mas ninguém tinha tirado nada. Aí papai me chamou para dar uma volta a cavalo. E eu lembro direitinho, só a ponta do milho, E eu vi, tudo debaixo da água, tudo. Muita terra

debaixo da água.

N: A água veio “praqui” porque eles fizeram a barragem de Três Marias, né? Aí cercou a água, aí a represa encheu. Por um lado, foi muito bom, mas por outros foi ruim. Encheu de água, pro lado dos pescadores foi muito bom, porque a fartura d’água é boa, né? Mas quando era, que não tinha represa, de repente era melhor. O povo tocava lavoura na beira do rio. Plantava feijão, arroz, milho. Era muita fartura.

W: Inicialmente na época, nós pensávamos isso. Que foi uma violência de JK. Inclusive entrou na justiça, o Supremo [STF]. E o Supremo deu uma liminar para abrir as comportas. Mas não podia mais. A comporta não tinha mais condição de subir. Técnica. Condição técnica. De forma que nós tivemos nossas terras inundadas, e foi uma época de muita chuva. Um ano de muita chuva e foi ao máximo, a represa.

4.5 AS PERDAS E OS GANHOS

A: Lembro. Ele contava muita história. Ficou fazenda debaixo d’água. Ficou até panela. Tem uma que eu pajeio ela até hoje, mas eles...não me dão. O Nego que me contava mais história, quando a gente ia andar a cavalo. Muita fazenda ficou debaixo d’água.

L: Elas ficaram desorientadas, precisavam mudar. Não sabiam para onde ir. Isso eu lembro. Muitos agregados nossos, lá da nossa fazenda, falavam: agora pra onde que a gente vai? Aqui é a fazenda maior, as outras são pequenas não tem trabalho. Eu lembro que eles falavam isso.

C: Mesmo assim, porque a cultura e a fartura que era muita. Eram caminhões e caminhões de milho, feijão. Cheio, tudo produzido aqui. E acabou tudo, não tinha mais nada.

I: [quando a água chegou] Acabou. Ficou tudo debaixo da água. Acabou. Ficou. O gado ficava lá, né? Eu tinha um tio que ficava lá no rancho, e olhava. No mesmo lugar. Ficou intacta as pastagens. Teve problema não. A população de Unai ficou aumentada. João Pinheiro. Foi um êxodo total. Agora tem as famílias que

continuam [...]

N: A gente morava e trabalhava nas roças. Aí mudaram todo mundo para a cidade. Todo mundo agora quer saber de cidade. Porque, a represa foi boa pro pescador. Boa mais pra quem pesca e fica em beirada de água, isso foi muito bom.

O: Antes da represa, pra você ter ideia, Morada Nova tinha usina hidrelétrica, era na fazenda do meu pai, que fornecia energia para a cidade. Aí veio a represa, cobriu o maquinário todo. Até então era “força e luz de MG”, não havia Cemig. A energia aqui dentro da cidade era por motor, gerador. E com o passar de muitos anos que instalaram a energia elétrica que vinha de três marias.

O: O pessoal revoltou muito. Primeiro porque eram as melhores terras férteis e agricultáveis à margem do São Francisco (rios Indaiá, Burrachudo, etc.) e perderam as terras e as plantações. E segundo, que não foram indenizadas por preço razoável. Lançaram um preço aí, se quisesse pegava, e se não quisesse ia ficar sem. E o pior de tudo, foi o êxodo. A maioria mudou para Unaí, Três Marias, Paracatu, João Pinheiro. Muitas casas ficaram fechadas aqui. E a população que era predominantemente rural, saiu de suas casas. E com a represa, seccionou totalmente o município. Da sede do município para a área rural, era necessário barco, canoa. Nós usávamos madeira daqui mesmo e fazíamos esses barcos, usávamos os de pesca. Na época, a Suvale fez uns barcos de 4 tambores com uma canoa no meio, expondo a vida de muita gente, para atravessar. Com o decorrer do tempo, foi melhorando, desenvolvendo aos poucos. A população foi lutando pelas melhorias, né? Ai depois substituíram as embarcações, melhoraram, eram mais adequadas, no Porto Novo – São José do Buriti. Mas com horário sempre determinado. E o meio de comunicação ainda era muito precário. Ai quando eu assumi a Prefeitura, a nossa intenção era reestabelecer o acesso da área rural com a sede. Aí fizemos 3 aterros: Sucuriú de baixo, Sucuriú de Cima e Extrema. Todas elas que dependiam de balsa. Na época fui denunciado e processado por ter feito os aterros. Na Justiça Federal respondi processo judicial por estar invadindo as posses da Cemig. Expliquei para o juiz que eu só queria tirar o povo da dependência

de horário de balsa, dar autonomia. Ninguém queria invadir área da Cemig.

W: De forma que houve um deslocamento muito grande de pessoas. Biquinhas que era um Distrito de Morada, os distritos eram muito populosos, um total de 20 mil habitantes. Com isso, reduziu para 5 mil habitantes, para você ter ideia do êxodo que foi.

As estradas cobertas pelas águas, desvios que precisavam ser feitos. Um problema ecológico muito grande. Cobra em Morada entrava para a rua. Porque a água subiu até o fundo da cidade, e pegou alguma casa no fundo lá. E o problema de mudança, perdemos as coisas, chiqueiro, paiol. Não deu tempo de desmanchar nada na fazenda do meu pai. Um cruzeiro também. Pra você ver o que é que foi. De forma que foi um desastre para Morada, tá certo?

W: Naquela época, a água foi o nosso desastre. Mas de forma que Morada Nova levantou em decorrência da água. Porque a água hoje, é o grande polo e vetor de desenvolvimento da cidade. Porque temos irrigação, mais de 6 mil hectares. A produção de tilápia em tanque rede é maior forma de emprego e desenvolvimento econômico. No mínimo 500 pessoas vivendo diretamente da tilápia. É difícil fazer uma comparação. Apesar de que Morada era a cidade que mais produzia na região. Mais que Abaeté, produção agrícola e pecuária. Feijão, não tinha nem mercado, jogava fora de tanto que produzia. E vendia para Curvelo. E até hoje Morada Nova tem o maior potencial de todas as cidades que confrontam, só perde para Pompéu. Está à frente de Biquinhas, Paineiras, Abaeté, Tiros, São Gonçalo do Abaeté. Morada hoje ninguém segura. Nem uma péssima administração que tivemos aí, não segura. Depois, com a irrigação a pecuária voltou a desenvolver. Porque a terra é muito boa, e fizeram agricultura nas terras do cerrado, irrigada.

4.6 DIREITOS E INDENIZAÇÃO

I: Teve até um que falou que concordou com o preço da indenização e está

sem receber até hoje. Minha avó mesmo não recebeu.

I: [sobre indenização] demorou anos e anos, minha filha. Tinha advogado, todos eles. Papai tinha, todos advogados de fora. Recebeu muitos anos depois. O tanto de terra que todo mundo perdeu, mas o país não tinha mais dinheiro para pagar. Estava construindo Brasília. Foi aí que começou a inflação. As coisas ficaram caras, no mercado. A vida da gente ficou cara e até hoje foi só subindo o preço.

N: Aí a água veio, tirou todo mundo. Foi o que acabou com as roças, ninguém mais mexeu com roça. Foi aí que uns mudou, perderam casa, perdeu terreno, que a água tomou. Eles falam que indenizaram o povo que perderam as coisas, mas eu não tenho certeza não. Se indenizou ou não.

W: O povo era muito tranquilo e aceitava tudo com muita tranquilidade. Mas as melhores terras foram perdidas. Mas o pessoal que entrou na justiça ou não recebeu ou recebeu porcaria. Meu pai por exemplo, vendeu tudo que sobrou para pagar as dívidas. Ele ficou sem nada. Meu pai era vice-prefeito e foi trabalhar com a Codevasf na época. Eu não lembro bem porque morava em Belo Horizonte, para trabalhar. Mas meu pai tinha um caminhão e ficava por conta de fazer a mudança do pessoal para Unai. Eles atravessavam isso em barquinho vagabundo. Uma dificuldade grande. Três Marias, Unai e João Pinheiro foram as cidades que mais receberam Moradenses.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das narrativas colhidas nas entrevistas, pode-se demarcar a seletividade da memória, traduzida nas diferentes narrativas e focos. Essa seletividade tem razões afetivas e sociológicas, simultaneamente. Alguns entrevistados selecionam aspectos do passado vivido ou imaginado que remetem a esperanças e expectativas específicas. Imaginam, por exemplo, que a perspectiva de modernização foi cortada pela represa.

A perspectiva de criação de gado, foi registrada com o foco recorrente da

ideia de progresso e desenvolvimento, elementos que teriam se perdido com a chegada das águas; terra ou fazenda, mas também o gado, eram vistos como foco da estruturação econômica; claro, a narrativa é localizada socialmente, já que outros entrevistados enfatizaram as possibilidades abertas à piscicultura e à agricultura, e outros lembraram que nem todas as fazendas teriam sido atingidas diretamente pelo projeto.

Nesse registro, algumas das entrevistas, inclusive, minimizaram o evento da chegada das águas e do declínio da economia com dois tipos de argumentos. O primeiro, de que as águas não atingiram a situação familiar ou pessoal de forma específica e em segundo lugar, que foram criadas diferentes alternativas. As entrevistas adicionam zonas de significação aos processos históricos referenciados e à situação de Morada Nova de Minas. Os dados estatísticos dizem algo, mas as entrevistas acrescentam elementos fundamentais, quais sejam percepção e informações sobre processos vividos ou narrados.

Sob uma perspectiva ou registro teórico, ou melhor, sob o conceito de desenvolvimento como liberdade, retirado de Amartya Sen, percebe-se que para sacrificar um modo de vida tradicional a fim de diminuir a pobreza ou saciar a fome, proteger o meio ambiente e aumentar a longevidade das pessoas, torna-se primordial a participação social em processos de decisão e implementação de ações públicas.

A ausência de diálogo sobre o curso dos acontecimentos que envolvem decisões e ações fundamentais sobre a vida coletiva, se deslegitimam e se rompem expectativas de direitos. Conforme Sen, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nelas estão incluídas as diferentes escolhas, superadas as situações de pobreza, autoritarismo e desigualdade. Então, é possível dizer que os dados estatísticos mostram forte migração, melhorias na situação de vida e abertura de possibilidades econômicas. As entrevistas confirmam essas informações, pelo menos em parte, mas revelam a gramática de atuação excludente, desorganizada e pouco participativa do poder público.

Para ilustrar como se movimentam as percepções, as representações e memórias dos moradores em relação à criação da hidrelétrica e em relação a ideia de desenvolvimento como liberdade, agrupamos as entrevistas em temas.

Certamente as preocupações dos Moradenses estão longe, ou mesmo desconhecem o conceito de desenvolvimento como liberdade, mas o poder desse conceito se apresenta com toda a sua força quando se percebe que alguns de seus traços encontram-se na cultura comum de quem vivenciou e vivencia desafios relacionados à desproteção, insegurança alimentar, pobreza, desigualdades sociais, não reconhecimento de direitos e ausência de mecanismo de participação em acontecimentos que afetam a vida do dia a dia.

Os traços marcados pela história da cidade possuem peculiaridades similares a ocupações em diversos lugares do Brasil: a busca tardia por direitos, em sua maioria galgada na luta e união através de movimentos populares, de demanda de justiça através de ações coletivas, Ministério Público e coletivos inspirados em ideais de justiça e participação. O que se pretende, neste caso, é demonstrar que as exclusões, mas também a participação se constitui em processos coletivos, registrado nas memórias e nos corpos e nas instituições.

6. REFERÊNCIAS

ANA. **Agência Nacional das Águas.** Disponível em <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/>. Acessado em 26 de janeiro de 2019.

ANEEL. **Agência Nacional de Energia Elétrica.** Disponível em http://www2.aneel.gov.br/scg/Consulta_Empreendimento.asp. Acessado em 01 de maio de 2019

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1944, p. 197-221.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.** Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/206. Acessado em 03 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 16 de abril de 2018.

BRASIL. **Presidência da República**. Comissão do Vale do São Francisco. Represamento do São Francisco. Rio de Janeiro. 1953.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico do Município de Morada Nova de Minas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/morada-nova-de-minas> acessado em 23 de abril de 2018.

BRASIL. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, XXVI Volume. 29 de maio de 1959. Rio de Janeiro. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf acessado em 05 de setembro de 2018.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**. IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf. A cessado em 03 de janeiro de 2019.

CEMIG. **Companhia Energética de Minas Gerais S.A.** Linha do Tempo. Disponível em http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/linha_do_tempo.aspx. Acessado em 23 de abril de 2018.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica and HOEWELL, Gabriel Rizzo. **Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Saúde debate [online]. 2018, vol.42, n.spe3, pp.54-66. ISSN 0103-1104. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s305>.

COMITÊ BRASILEIRO DE BARRAGENS. Disponível em: <http://www.cbdb.org.br/>. Acessado em 01 de maio de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGETICA. CNPE. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/conselhos-e-comites/cnpe>. Acessado em 01 de maio de 2019.

DAYRELL, Ilda de Oliveira. **Morada Nova de Minas e a Opinião Pública**. Belo Horizonte. 1968.

GOMES, Erina Batista. **Sombras, Brechas e gritos: Vozes silenciadas, consulta prévia e re-existência nas margens do rio Tapajós.** Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. 2018.

MAB. **Movimento dos Atingidos por Barragens.** Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>> acessado em 08 de janeiro de 2019.

PAULA, Dilma Andrade de. **A Usina Hidrelétrica de Três Marias, o Desenvolvimentismo Seletivo e o Papel de Intelectuais.** Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488660290_ARQUIVO_anpuh2017.pdf. Acesso em 21 de abril de 2018.

PAULA, Dilma Andrade de. **O debate parlamentar na criação da Comissão do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco (1946-1948):** significados da atuação de Manoel Novaes. XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015.

PUBLICA, Disponível em <<https://apublica.org/2015/02/ninguém-os-ouviu/>> acessado em 01 de maio de 2019.

RIBEIRO, Mônica Thaís de Souza. **Documentário LÁ NA MORADA.** Realizado em dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nSTN6Ci645I> acesso em: agosto 2018.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade:** tradução Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. **Indicador de Desenvolvimento da economia da cultura.** IPEA. Brasília. 2010.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da. FREIRE DE SOUZA, Érica B. C. **Cartografias das subjetividades Brasileiras.** IPEA. 2019.

Data da submissão: 06/11/2019

Data da primeira avaliação: 05/09/2020

Data da segunda avaliação: 23/10/2020

Data da aprovação: 06/01/2021